

POLIHHS: POLÍGONOS ISOLADOS HABITACIONAIS E O ESPRAIAMENTO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ*

HHIP'S: HORIZONTAL HOUSING ISOLATED POLYGONS AND URBAN SPRAWL IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Felipe Torres de Freitas Gomes

 <https://orcid.org/0000-0003-2068-7877>

Correspondência: felipe.gomes@fau.ufrj.br; fabizaga@fau.ufrj.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Fabiana Generoso de Izaga

 <https://orcid.org/0000-0001-5375-4859>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2025.89474

Recebido em: 31 jan. 2025 | **Aceito em:** 01 fev. 2025

RESUMO

As cidades médias brasileiras têm apresentado significativos processos de reorganização urbana provocados por movimentos migratórios intranacionais e por alterações na distribuição produtiva e econômica do país. Os polígonos isolados habitacionais horizontais (Polihh's), ou seja, os condomínios fechados de residências unifamiliares, tem se apresentado como opção de moradia predominante nessas cidades, sobretudo para os segmentos de maior renda. Analisamos os Polihh's de Campos dos Goytacazes, a partir de uma perspectiva morfológica e sob o paradigma da segregação socioespacial. As análises são empreendidas na escala territorial, da urbanização, e local, do tecido urbano. As conclusões apontam para a conformação de uma nova trama de tecido urbano, que justapõe vias rodoviárias para o transporte individual, grandes quadras e lotes, que reforçam cada vez mais a urbanização desigual e evidenciam a espacialização da segregação socioespacial no território.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Condomínio fechado horizontal; Morfologia urbana; Tecido urbano; Cidades médias.

ABSTRACT

Brazil's medium-sized cities have undergone significant processes of urban reorganization caused by intra-national migratory movements and changes in the country's productive and economic distribution. Horizontal isolated housing polygons (Hihp's), alias, gated communities of single-family homes, have become the predominant option in these cities, especially for the higher-income segments. We

*Este artigo fundamenta-se na dissertação de mestrado de Felipe Torres de Freitas Gomes, defendida no PROURB/UFRJ em junho de 2024.

analyze the Hihp's of Campos dos Goytacazes from a morphological perspective and under the paradigm of socio-spatial segregation. The analyses are carried out on a territorial scale, of the urbanization, and a local scale, of the urban fabric. The conclusions point to the formation of a new urban fabric, which juxtaposes roadways for individual transport, large blocks and plots, which increasingly reinforce unequal urbanization and highlight the spatialization of socio-spatial segregation in the territory.

Keywords: Socio-spatial segregation; Gated communities; Urban morphology; Urban fabric; Medium-sized cities.

1 INTRODUÇÃO

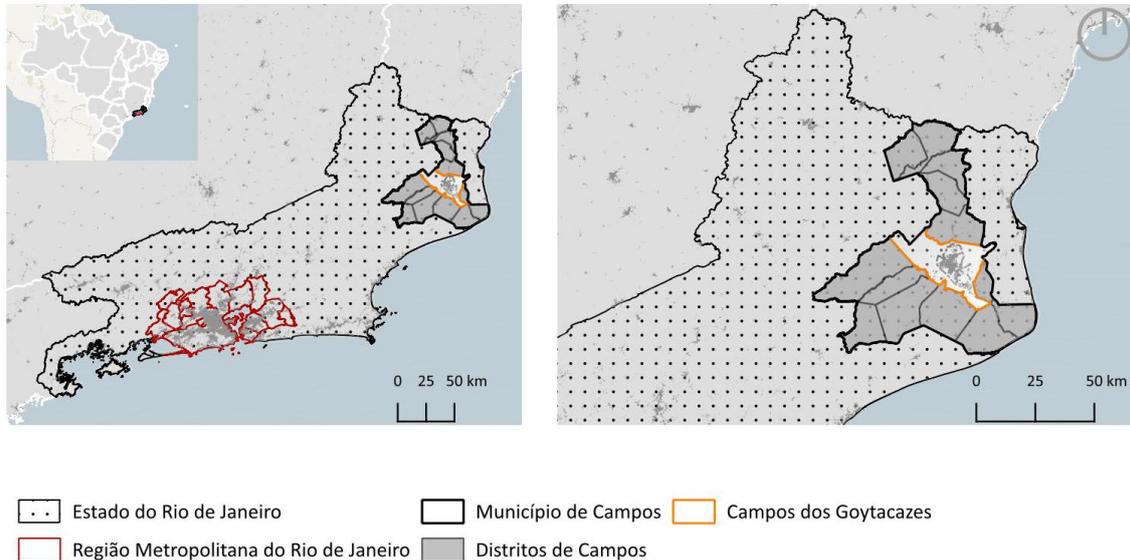
Corroborando a relevância das cidades médias no contexto da urbanização brasileira, o Censo de 2022 (IBGE, 2023) evidencia que do aumento de 12 milhões da população brasileira, aproximadamente 70% desse total está concentrado nas cidades médias. Com população entre 100 e 500 mil habitantes, as cidades médias no Brasil contabilizam 278 municípios, o que corresponde a um aumento de 12% em relação ao Censo de 2010, quando havia 245 municípios. Mesmo que possamos considerar parcial o respaldo exclusivo nestes números como uma tendência de re-espacialização da população no território brasileiro, por outro lado, é inegável a relevância das cidades médias no arranjo urbano do país.

A cidade média de Campos dos Goytacazes (Figura 1), no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, tem posição de destaque político-econômico regional, visto que em seu território se localiza a segunda maior bacia produtora de petróleo e gás natural do país, a Bacia de Campos. Sendo o maior município do Estado do Rio de Janeiro, com uma unidade territorial de 4.032,487 km², treze distritos mais o distrito sede e uma população de 483.540 habitantes (IBGE, 2023).

Desde a segunda metade dos anos de 1980, o fenômeno da proliferação de grandes polígonos isolados habitacionais horizontais, os Polihh's (Gomes, 2024), usualmente chamados de condomínios fechados, tem sido recorrente na sua urbanização. Esses enormes fragmentos apresentam-se nos limites da área central urbanizada e estão acoplados nas rodovias, as quais garantem boa conectividade à principais centralidades. Eles exprimem uma estética padronizada, genérica, que poderia associá-los a qualquer cidade. Além do apelo da segurança e da exclusividade, pareceria que a motivação primordial destes empreendimentos estivesse estreitamente relacionada a uma emulação do modo de vida urbano dominante da elite global, no caso a norte-americana (Zanotto, 2016). No caso de Campos, eles assumiram autonomia e força suficientes para se descolar

da cidade consolidada e atrair novos fluxos, atividades e pessoas, alterando as dinâmicas, produzindo novos padrões morfológicos e remodelando a estrutura urbana.

Figura 1 – Mapa de localização de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Este artigo busca analisar a distribuição dos Polihh's em Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, e a sua relação de dependência com a infraestrutura rodoviária e o transporte individual motorizado, próprios das políticas de mobilidade urbana marcadamente excludente construída no Brasil nos últimos anos (Alvim; Izaga; Forray, 2024; Vasconcellos, 2013). Argumentamos que a presença incisiva dos Polihh's vai ao encontro de um modelo de crescimento urbano que favorece o espraiamento urbano (Caldeira, 2011), e que seu agenciamento no território dá continuidade à reprodução do processo histórico de segregação socioespacial (Villaça, 1998) nesta cidade de tradicional economia sucroalcooleira do Norte Fluminense. Por fim, tendo em vista o crescimento contínuo das cidades médias no Brasil nos últimos anos, este artigo busca contribuir com o reconhecimento desses territórios, cuja escala facultaria um planejamento urbano integrado, sobretudo, entre o uso do solo, a mobilidade e o ambiente.

Na primeira parte estabelecemos uma discussão sobre a segregação socioespacial como evidência do espaço desigual das cidades brasileiras e o processo de surgimento e consolidação dos polígonos isolados habitacionais horizontais, em especial daqueles destinados aos segmentos de maior renda. Estes fenômenos se entrelaçam mutuamente na medida em que expressam a alocação seletiva dos investimentos urbanos, que produzem impactos na valorização da moradia e do solo urbano. Na segunda parte

apresentamos a metodologia empregada, baseada nos estudos sobre a forma urbana, os quais guiam as análises dos polígonos isolados habitacionais horizontais em Campos dos Goytacazes, apresentadas na sessão seguinte. Nas conclusões, discutimos as relações de dependência que vem se estabelecendo entre as novas formas de habitar ensejadas pelos Polihh's, o predomínio da mobilidade individual motorizada, e um modelo de crescimento ambigualmente contíguo e disperso, que vem alterando de forma radical a cidade de Campos dos Goytacazes.

2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: FIO CONDUTOR DA CONFORMAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

A segregação socioespacial é o fio condutor para a análise do processo de conformação de padrões morfológicos implicados no espraiamento urbano nas cidades brasileiras. Mais especificamente, o fenômeno da proliferação de grandes polígonos habitacionais, que intensificou e acelerou na dinâmica socioterritorial o desbravamento de fronteiras urbanas e a criação de novas centralidades. Definida por Villaça (1998) como o processo que se caracteriza quando “...diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (Villaça, 1998, p.142). Em outras palavras, o processo de formação socioespacial das cidades brasileiras, conduzido pelas classes dominantes em uma sociedade capitalista, define e organiza no território os espaços destinados e acessíveis a cada grupo social, assim como os espaços que serão negados ou excluídos para determinados grupos sociais. A segregação, enquanto mecanismo de exclusão social, origina-se de uma escolha intencional dos segmentos dominantes, sustentada por sua riqueza e controle dos meios de produção. Esses segmentos selecionam e restringem, para si mesmos e seus semelhantes, os espaços no território que oferecem vantagens como condições climáticas e ambientais favoráveis, mobilidade irrestrita, valorização estratégica pela proximidade aos bens urbanos públicos e reforço da distinção social e da exclusividade.

Dessa forma, a segregação urbana se articula no espaço dialeticamente, pois à medida que os segmentos dominantes determinam bolsões de autoisolamento para si no território, compelem o outro, que se entende como subalterno, a habitar e se mover pela cidade de maneira limitada e circunscrita, como expõe Villaça:

O que cabe registrar nessas considerações é o caráter de luta da segregação. Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor (Villaça, 1998, p. 148).

Já Vignoli (2001) aborda a questão da segregação destacando a existência de dois tipos principais: a sociológica e a geográfica. A segregação sociológica refere-se à “...ausência de interação entre grupos sociais distintos”, enquanto a geográfica diz respeito à “...desigualdade na distribuição dos grupos sociais no espaço físico”. A partir dessa perspectiva, é possível entender que ambas as formas de segregação podem ocorrer de maneira simultânea ou separada. Por exemplo, uma área urbana heterogênea, composta por diferentes grupos sociais, pode não apresentar segregação espacial, mas ainda assim exibir baixos níveis de interação entre esses grupos, caracterizando uma segregação sociológica. Portanto, para a análise das alterações da composição urbana pela perspectiva da segregação é exigida a seleção de dois ou mais pontos relacionais, com o intuito de abarcar a característica da segregação que se pretende averiguar: o atributo dos grupos sociais considerados (rendimento, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade) e a proximidade física da unidade territorial de referência.

Por outro lado, Préteceille (2006) discute e relativiza o próprio conceito de segregação como mecanismo de análise da distribuição e da acessibilidade equitativa dos benefícios da urbanidade aos diferentes segmentos sociais. O autor, ao adotar a concepção clássica de que a segregação espacial é impulsionada pelo amplo – e em alguns casos irrestrito – poder de escolha das elites em relação à localização no espaço urbano, e que essa liberdade de escolha varia conforme a riqueza pessoal, também ressalta que os efeitos da segregação, ou seja, “...sua significação em termos das desigualdades urbanas, analisadas principalmente pela acessibilidade residencial aos equipamentos e serviços urbanos” (Préteceille, 2006), são complexos de serem analisados e não se ajustam mais ao modelo tradicional de centro-periferia. Na mesma linha, Sposito (2013) persegue o esforço de ampliar e refinar o conceito de segregação introduzido pela Escola de Chicago na segunda metade do século XIX e destacar que, antes de tudo, é preciso adjetivá-la (social, espacial, socioespacial, urbana, étnica, residencial) e frisar que a segregação é um dispositivo sociológico atrelado à ocupação do território, onde há uma “...separação espacial radical [que] implica rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o

conjunto do espaço urbano...” (Sposito, 2013, p. 65). A autora atenta para a importância de não identificar o fenômeno da segregação como algo natural, mas sim, engendrado por sujeitos sociais em determinado tempo histórico e sob circunstâncias sociopolíticas específicas, logo:

[...]para compreender o processo de segregação socioespacial é preciso sempre perguntar quem segrega para realizar seus interesses; quem possibilita ou a favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação (Sposito, 2013, p. 67).

Este artigo abordará o fenômeno da segregação sob duas óticas que se superpõem: a urbano-espacial, analisando seus impactos no tecido urbano de Campos dos Goytacazes, e a social, examinando suas implicações na apropriação do solo urbano para a criação de espaços privados excludentes. Isso será feito por meio da análise da expansão de polígonos isolados habitacionais horizontais de segmentos de maior renda, localizados nas áreas contíguas ao perímetro urbano da cidade.

2.1 Espaços fechados residenciais horizontais

A inquietação que leva estudiosos a voltarem sua atenção ao fenômeno da proliferação dos espaços fechados residenciais horizontais nas mais variadas cidades pelo mundo se deve à uma causa principal: a desconfiança de que eles manifestam uma transformação muito mais profunda na sociedade, do que meramente uma nova possibilidade de habitar na cidade (Blakely, Snyder, 1997). A construção significativa dos espaços fechados residenciais horizontais começou no início dos anos 1980 e se espalhou pelos Estados Unidos na década de 1990 (Blakely, SNYDER, 1997). Esses espaços foram inicialmente chamados de *gated communities*, ou comunidades cercadas. Naquele período, as cidades americanas experimentaram um crescimento acelerado e uma intensa aglomeração populacional, enquanto a sociedade passava por rápidas e profundas transformações sociais. A insegurança social foi respondida por um desejo desmedido e contraditório de controle.

Em sua forma original, a *gated community* surge nos EUA como uma área residencial com acesso restrito, em que normalmente os espaços públicos são privatizados. São empreendimentos vigiados, com todo seu perímetro cercado por muros ou grades para que não-residentes não acessem. Seus muros não permitem o acesso apenas a um saguão de distribuição como num edifício residencial vertical, eles permitem acessar ruas, passeios, praças, calçadas, lagos, praias, trilhas, enfim, espaços públicos de convivência que poderiam ser compartilhados por todos os cidadãos. São mais comuns em grandes áreas para que seja possível dividir entre mais pessoas o custo de construção, fechamento e vigilância. Elas podem ser encontradas em novas áreas ou podem estar em áreas antigas que foram reformadas e cercadas. Podem estar dentro da cidade ou nos subúrbios, em bairros pobres ou ricos. Há acessos separados para visitantes e moradores e todo acesso é controlado por sistemas de identificação e câmeras de vigilância. (Blakely, Snyder, 1997, p. 2)

A tendência de morar em espaços isolados e privativos foi rapidamente adotada pelas classes média e alta dos países latino-americanos, influenciadas tanto pela narrativa dominante dos EUA quanto pela dependência econômica. Segundo Borsdorf (2002), na década de 1920 surgem na Venezuela os *barrios cerrados*, enquanto nos arredores de Buenos Aires, na Argentina, aparecem os *countries*, inicialmente como residências de veraneio para escapar da cidade, mas que logo se tornam moradias permanentes e protegidas. No Chile, devido à repressiva ditadura militar, surgem em Santiago as *comunidades* como uma alternativa de moradia segura e controlada, frequentada por famílias de esquerda e opositoras ao governo de extrema direita, então no poder.

No Brasil, o percurso mais relevante que os estudos sobre o fenômeno dos espaços fechados residenciais horizontais irá traçar é a sua direta conexão com o aumento significativo dos níveis de periculosidade e o crescimento da violência nas grandes cidades. Segundo Caldeira (2011), as recentes transformações nas dinâmicas sociais, impulsionadas por revoluções tecnológicas, reestruturação do mundo do trabalho, exaustão de um modelo baseado em nacionalismo, e postulados neoliberais como privatização, individualismo e ineficiência do poder público reconfiguram o modo das classes dominantes permearem o espaço urbano e se auto segregarem (2011). As classes privilegiadas, ou seja, aquelas que podem selecionar para si e seus semelhantes os melhores sítios no território – ou também elas próprias produzirem o sítio no território que fomentem seu ideal de ocupação e circulação no espaço – são também constrangidas a reelaborar tipologias urbanas e arquitetônicas que sejam adequadas às mudanças sociais,

assim: “Os enclaves fortificados que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano” (Caldeira, 2011, p. 11). O termo "enclave" deriva da geografia política e refere-se a um território cujas fronteiras estão completamente inseridas dentro de outro território. Por sua vez, o adjetivo "fortificado" destaca a principal característica dos espaços isolados nas cidades brasileiras: sua intenção clara de garantir proteção, controle e vigilância.

Caldeira (2011) intitula sua obra enfatizando o deslocamento em curso do modo de morar na cidade, caracterizado pelo levantamento de barreiras físicas oponentes (torre, muro alto, guarita, portão duplo, fio de arame farpado, cerca elétrica) que comunicam muito explicitamente que o espaço a ser valorizado é o interno. O interior dos grandes polígonos residenciais é, ao mesmo tempo, a possibilidade de agrupamento entre os semelhantes e a proteção em relação aos dissemelhantes. O interior é o espaço privado e exclusivo que, portanto, merece ser bem projetado, cuidado, administrado, mantido. Em contrapartida, o exterior, onde os grandes polígonos são encaixados, é o espaço público que assume, simbolicamente, não mais o espaço da atratividade, da ebulição e das potencialidades de encontros, mas sim o espaço do medo e da hostilidade. Sposito (2013) descreve o mesmo fenômeno do aumento considerável de espaços fechados residenciais horizontais no tecido urbano não só das metrópoles brasileiras, mas também das cidades médias – seu estudo contempla as cidades do interior paulista de Marília, Presidente Prudente e São Carlos – justificado pelo aumento da criminalidade e pela insegurança urbana.

As duas pesquisadoras concordam que, apesar da democratização do país e do fim da ditadura militar, não houve integração entre os diversos grupos sociais. O que ocorreu foi uma reorganização no uso do espaço urbano, no qual a elite se afastou das áreas centrais, agora em processo de decadência, e se dirigiu para regiões antes periféricas e suburbanas, que oferecem glebas passíveis de serem parceladas em espaços fechados e segregados. O movimento que à primeira vista poderia sugerir uma proximidade física e, portanto, também proximidade social e compartilhamento de espaços, na verdade, revela uma cisão ainda mais brutal. Os empreendimentos imobiliários irão desenvolver e implantar mecanismos e elementos arquitetônicos cada vez mais evidentes de distinção. A justaposição no tecido urbano da habitação da elite e da habitação do pobre vai exigir que símbolos arquitetônicos de distinção social sejam cada vez mais ostensivos e cada vez mais incorporados à tipologia do condomínio fechado.

No contexto da análise morfológica urbana que desenvolvemos, compreendemos os espaços fechados residenciais horizontais nas cidades como grandes áreas introduzidas no território, justapostas ao tecido urbano pré-existente, que evidenciam um conflito entre o espaço público e o privado, entre uma cidade mais inclusiva e uma cidade mais individualista, entre áreas de uso coletivo e aquelas de uso restrito. O aumento considerável dessas peças urbanas aponta para o núcleo da crise urbana atual: a crise do espaço público, que é o local de encontro, de interação e de troca, e que representa o propósito original da cidade.

Conscientes das contradições e contendas legais em torno da transformação da terra rural em terra urbana, e que envolve a efetivação do parcelamento do solo em condomínios fechados, partimos da nomenclatura ‘espaços fechados residenciais horizontais’, definida por Sposito e Goes (2013). Contudo, para nossa pesquisa, ainda mais importante do que a condição legal dos empreendimentos, é a realidade de sua existência no território e de sua força como impulsionador do espraiamento urbano. Buscando evidenciar a análise da forma urbana por meio do processo de configuração da cidade, identificamos a necessidade de reforçar a potência da forma desses empreendimentos na conformação de padrões morfológicos do tecido urbano. Destarte, empregamos ao longo deste artigo o termo ‘polígonos isolados habitacionais horizontais’ – Polihh’s – para identificar e qualificar os espaços fechados residenciais horizontais, como proposto por Gomes (2024).

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica apoia-se em estudos sobre a morfologia urbana da cidade contemporânea (PANERAI, 2006; SOLÀ-MORALES, 1997; PONT e HAUPT, 2010; REIS FILHO, 2006), onde se buscam explorar ferramentas de análise urbanística que permitam pensar a aglomeração em sua totalidade, identificar suas partes e descrever suas formas. Adotaremos abordagem multiescalar e multivariada quali-quantitativa, para analisar as categorias articuladas do fenômeno da produção imobiliária dos Polihh’s e sua relação com a intensificação de um processo de expansão urbana espraiado no território.

O percurso metodológico proposto fundamenta-se no levantamento empreendido na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, onde foram encontrados 42 (quarenta e

dois) Polihh's com licença de aprovação de construção (GOMES, 2024). A partir daí, as análises são desenvolvidas em duas escalas: a local e a territorial, ou do tecido urbano e da área da conurbação (REIS FILHO, 2006, p.44).

3.1 Escala territorial

Na escala territorial, as análises são realizadas a partir de três categorias – uso, frequência e formato (Quadro 1). A categoria ‘uso’ é abordada por meio do escrutínio das legislações federais e municipais, que versam sobre o parcelamento do solo urbano e sua aplicabilidade a processos de aprovação de Polihh's em Campos dos Goytacazes, RJ.

A categoria ‘frequência’ é analisada por meio da identificação da localização e do agrupamento dos Polihh's em setores da urbanização e pela aferição das distâncias entre os Polihh's e a área central da cidade. A categoria ‘formato’ busca demonstrar como as características formais dos Polihh's, especificamente a superfície e a feição geométrica, foram alteradas ao longo do tempo, o que transformou sua relação com o tecido urbano circundante. Partimos da área mínima de cinco mil metros quadrados (5.000m²) de gleba, pois esta é a metragem inicial, do ponto de vista jurídico, para considerar um projeto de parcelamento do solo como um loteamento ou um condomínio de casas unifamiliares, de acordo com a legislação da cidade. Assim, foram definidos seis (6) portes de Polihh's, considerando as variações de área encontradas no levantamento das fontes primárias: PP (5.000 a 20.000m²), P (20.000 a 50.000m²), M (50.000 a 100.000m²), G (100.000 a 200.000m²), GG (200.000 a 400.000m²) e GGG (maior do que 400.000m²).

Quadro 1 – Síntese das categorias de análise e atributos da Escala Territorial.

		Uso	Frequência	Formato
Escala Territorial	Descrição	Análise das Legislações Federais e Municipais sobre o parcelamento do solo urbano	Identificação da localização na urbanização	Análise das características de formato
	Atributo / indicador	Lei Fed. Nº6.766 /1979 (parcelamento solo); Lei Fed. Nº4.591/1964 (propriedade condominial)	Agrupamento por quadrantes da urbanização (NO, SO, NE, SE); Distância da área central (km)	Superfície (PP, P,M, G, GG, GGG); Feição geométrica (até 4 segmentos de reta; mais de 4 segmentos de reta; combinação de segmentos de reta e arcos)

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

3.2 Escala local

Na escala local buscamos compreender como a introdução de Polihh's altera a trama dos elementos principais do tecido urbano pré-existente (vias, quadras e edificações), seja pela continuidade ou pelo rompimento.

No que diz respeito ao contato da fronteira dos Polihh's – obrigatoriamente murado, cercado ou gradeado - com as vias de circulação externa propusemos um indicador de contato que se expressa por meio de uma taxa de contato de seu perímetro total com as vias de circulação do entorno. Para a análise da implantação e conformação de quadras propusemos uma taxa de ocupação da área da gleba do Polihh's, na quadra em que está inserido. Por fim, para a análise das edificações propusemos uma taxa de contato da frente urbana do empreendimento, considerada a fachada onde está localizada a guarita de acesso de veículos e pedestres ao interior do Polihh's, com o espaço público (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese das categorias de análise e atributos da Escala Local

		Contato das Vias	Parcelamento Quadras	Frente urbana
Escala Local	Descrição	Porcentagem de contato da fronteira dos Polihh's – murado, cercado ou gradeado - com as vias externas de circulação	Porcentagem da ocupação da área da gleba do Polihh's na quadra em que está inserido	Porcentagem de contato da fachada principal do empreendimento, guarita de acesso de veículos e pedestres ao interior do Polihh's, com o espaço público
	Atributo / indicador	<p>Taxa de contato</p> $tx\ C = P(c) / P(p)$ <p>txC= taxa de contato do perímetro; P(c)= perímetro em contato com vias; P(p)= perímetro total do polihh</p>	<p>Taxa de Ocupação</p> $tx\ O = A(p) / A(q)$ <p>txO= taxa de ocupação; A(p)= área polihh; A(q)= área quadra</p>	<p>Taxa de Frente Urbana</p> $tx\ FU = P(p) / F(p)$ <p>txFU= taxa de frente urbana; P(p)= perímetro total do polihh F(p)= fachada principal do polihh</p>
	Diagrama	<p>P(c) ————— P(p)</p>	<p>A(p) ————— A(q) ■■■■■</p>	<p>P(p) F(p) —————</p>

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

4 ESCALA TERRITORIAL

4.1 Uso: parcelamento do solo e enquadramento legal dos Polihh's

A legislação concernente à legalização de empreendimentos imobiliários do tipo condomínio fechado horizontal é atravessada por contradições. As leis federais de parcelamento do solo (Lei Nº 6.766 de 1979) e propriedade condominial (Lei Nº 4.591 de 1964) norteiam os processos de divisão de grandes glebas, no entanto, a Constituição Brasileira de 1988 estipula que o ordenamento, o planejamento e o desenvolvimento urbano das cidades são responsabilidades dos municípios, direcionadas pelos Planos Diretores, obrigatórios para cidades com mais de 20 mil habitantes.

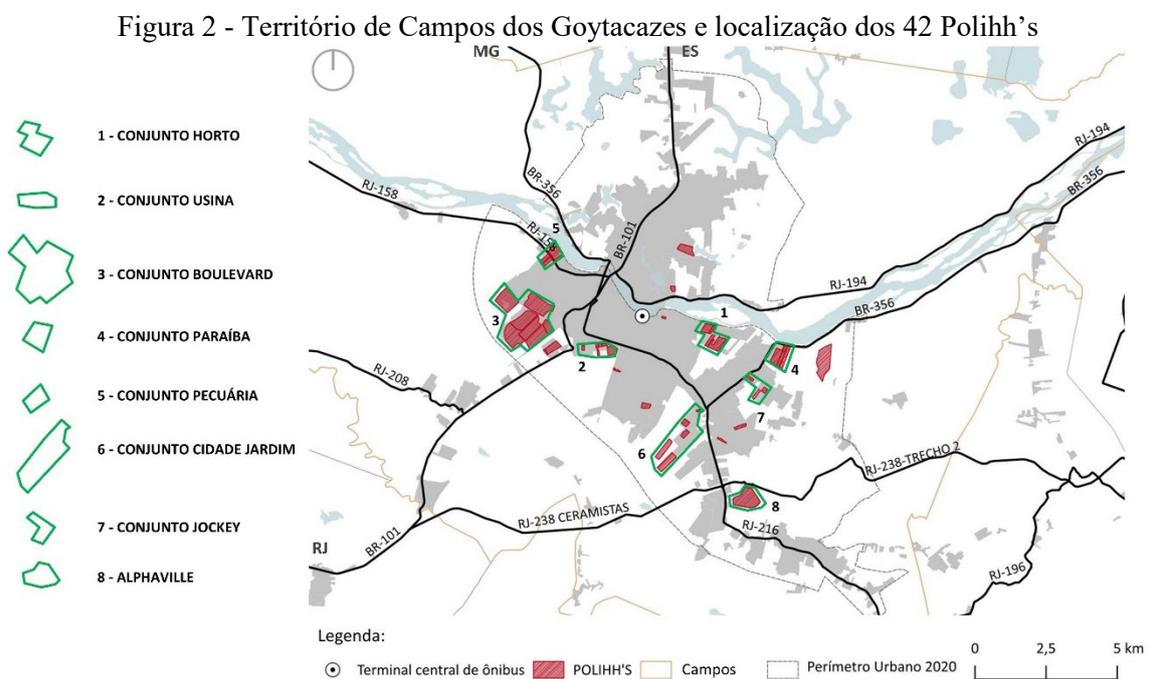
Em uma cidade média, como Campos dos Goytacazes, as relações ilícitas entre o poder público e os agentes privados incorporadores ficam ainda mais evidentes, propiciando distorções e corrupções no trâmite regulatório. Diversos empreendimentos foram aprovados ignorando exigências legais, resultando em prejuízos aos cofres públicos, como a redução da arrecadação de IPTU, e comprometendo os espaços urbanos públicos, ao privatizar áreas que deveriam ser destinadas à municipalidade como compensação pelo parcelamento do solo.

Encontramos três principais desvios nos processos de aprovação desses empreendimentos. O primeiro deles diz respeito aos empreendimentos que foram aprovados como loteamentos e posteriormente murados, bloqueando à população o livre acesso às vias de circulação e às áreas verdes e de lazer. Dos quarenta e dois Polihh's catalogados, quatro deles foram aprovados como loteamento, são eles: Bosque das Acácias, Green Peace, Village Goytacazes e Riviera Ville. No segundo caso, trinta e um empreendimentos não cumpriram a medida compensatória da Lei municipal de Nº 7.975/2008, que determina que 5% da área da gleba parcelada para construção de condomínios urbanísticos com área superior a 10.000m² deve ser doada à municipalidade para implantação de equipamentos comunitários fora do condomínio. Essa mesma lei municipal, estipula uma terceira possibilidade de parcelamento do solo para além do desmembramento e do loteamento, previsto na lei federal Nº 6.766 de 1979, o 'condomínio urbanístico integrado à edificação'. Essa modalidade de parcelamento exige que a área da gleba esteja entre 5.000 e 40.000 m² e que a construção das edificações seja concomitante à construção do próprio condomínio. No entanto, constatamos que 18 empreendimentos foram aprovados nesta categoria, sem atender a esses requisitos.

Portanto, entre os 42 Polihh's aprovados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, desde o primeiro empreendimento deste tipo, em 1981, até o ano de 2022, aproximadamente 98.675,53m² de área que deveria ser de acesso e usufruto de todos foi apropriada para uso privado. Esse panorama sobre o desvirtuamento da legislação revela a dificuldade de desenvolver na cidade um modo de configurar o tecido urbano que seja mais rigoroso e voltado ao planejamento de espaços que equilibrem a vida pública com a vida privada, tanto no âmbito sociopolítico quanto no âmbito físico-espacial.

4.2 Frequência: identificação e localização dos Polihh's na urbanização

Em virtude da proliferação dos Polihh's nas bordas do tecido urbano, nota-se que há uma tendência de justaposição dessas peças urbanas, conformando bolsões de condomínios frequentemente conectados às vias de circulação expressas, como rodovias e vias arteriais (Figura 2).



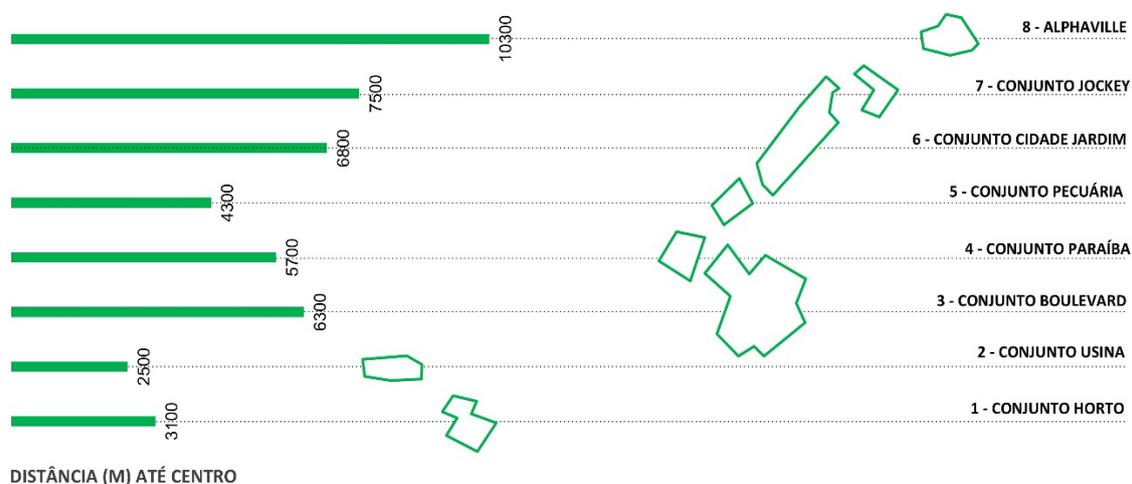
Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Os conjuntos de condomínios destacados na cor verde (Horto, Usina, Boulevard, Paraíba, Pecuária, Cidade Jardim e Jockey), localizados nos quadrantes sudoeste e sudeste, correspondem à união de empreendimentos que, além de não se distanciarem

mais do que 500m entre si no tecido urbano, compartilham características formais semelhantes como o tamanho da gleba, o formato da gleba, os tamanhos dos lotes internos, o segmento social dos seus habitantes, o projeto arquitetônico e o modelo de incorporação que os gerou. O condomínio Alphaville Campos entra na análise espacial como conjunto, mesmo sendo único, pois tornou-se uma marca tão reconhecida na urbanização de cidades brasileiras, que merece o destaque como um dispositivo em si do crescimento urbano.

O processo de conformação de agrupamentos de Polihh's acontece pela oferta desse solo de menor valor nas bordas da urbanização e por uma legislação de zoneamento do solo urbano que ratifica a construção de vários condomínios um seguido do outro. Por essa razão, os Polihh's surgem no limite da urbanização, nas periferias destituídas de equipamentos urbanos públicos. Nas periferias não ocupadas ou habitadas usualmente pelas parcelas mais pobres da população, que sempre foram o elo mais frágil na dinâmica de expansão urbana, ocorre um processo segregador de mão dupla, conforme o segmento social ao qual se pertence. Por um lado, de autosegregação dos segmentos de alta renda e, por outro, da segregação imposta aos segmentos de baixa renda. A instalação dos Polihh's nos limites ao sul do núcleo urbano central estabelece sua fácil conexão às vias arteriais e/ou rodovias mais próximas, conforme aferidas as distâncias entre os conjuntos e a Zona Comercial Principal da cidade, que não ultrapassam dez quilômetros (Gráfico 1). Tendo a mobilidade individual garantida pela rede rodoviária, ainda pouco congestionada, esse trajeto pode ser facilmente realizado em até vinte minutos, o que permite uma ótima gestão de tempo aos moradores dos Polihh's.

Gráfico 1 – Gráfico com distância entre os conjuntos de Polihh's e o centro da cidade

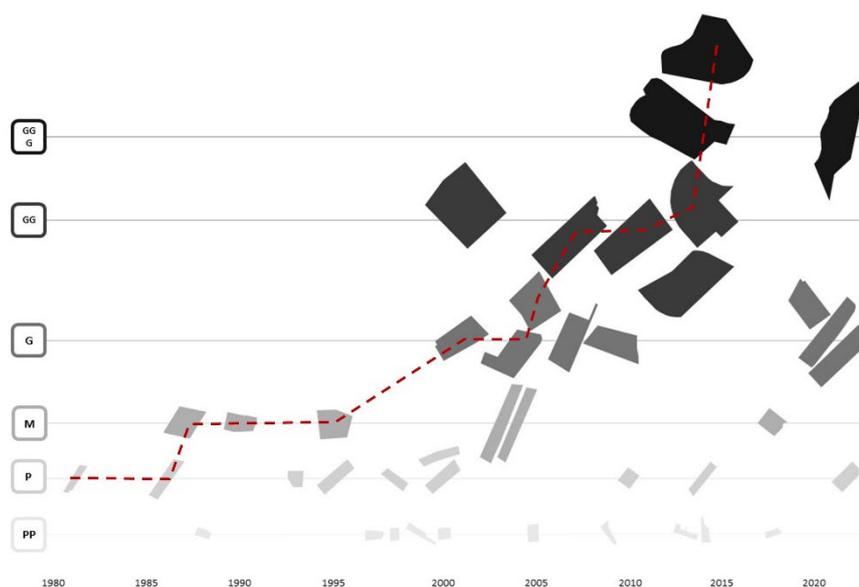


Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

4.3 Formato: área e agenciamento com tecido urbano lindeiro

Com o formato busca-se compreender as transformações ocorridas nos Polihh's no que diz respeito à sua superfície (m²) e à sua feição geométrica desde o seu surgimento na cidade de Campos, a partir de 1980 (Figura 3). Observamos que os condomínios têm sofrido mutações em suas características morfológicas, que os tornam cada vez mais alheios à estrutura urbana consolidada. Nota-se que os anos 2000 marcam a construção de condomínios com áreas de gleba entre 100.000 e 200.00m² (G). A dimensão desses condomínios já é por si só um entrave para a conformação de espaços urbanos mais permeáveis, diversos e acessíveis, pois anulam qualquer chance de conexão e interação com o espaço público circundante. A interface com a rua – marcada por elementos arquitetônicos como muros, cercas e grades – constitui uma longa barreira na cidade, representando de forma clara e inquestionável a segregação.

Figura 3 – Gráfico de evolução de feição geométrica e superfície dos Polihh's



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

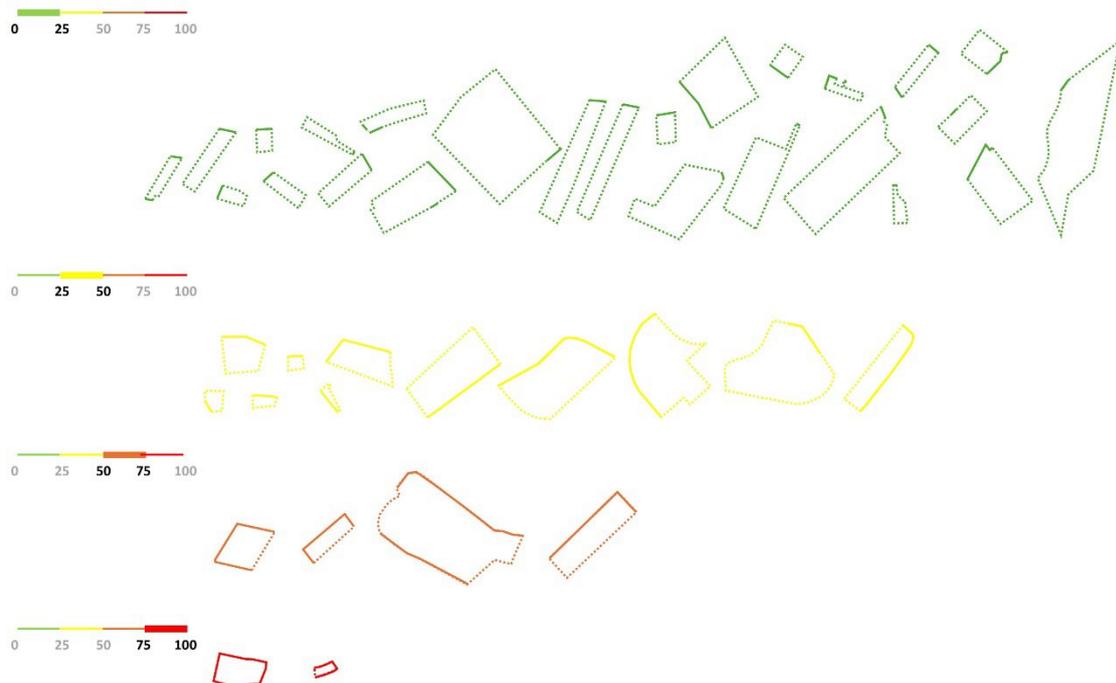
Localizados em áreas limítrofes do núcleo central da urbanização, que está circundado por rodovias, os Polihh's estão desvinculados da malha urbana consolidada. Dessa forma, eles assumem uma autonomia formal, incorporando sinuosidades e investindo em símbolos de luxo e exclusividades nas suas dependências como mecanismo de atração aos segmentos de alta renda.

5 ESCALA LOCAL

5.1 Vias e contato com os Polihh's

A taxa de contato do perímetro total dos Polihh's com as vias de circulação do entorno, propõe analisar de que forma as fronteiras desses empreendimentos influenciam as características dos espaços públicos circundantes (Figura 4).

Figura 4 – Gráfico com indicador de taxa de contato dos Polihh's



Fonte: Autores, 2025.

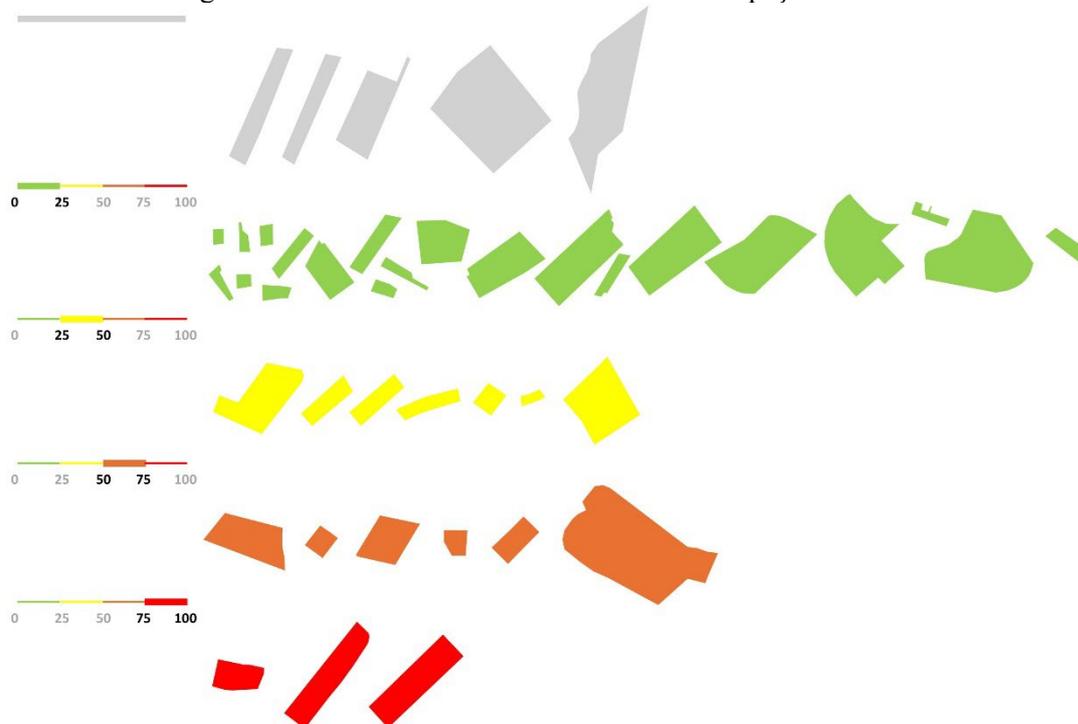
À medida que os polígonos residenciais assumem proporções gigantescas, a sua extensão de fronteira (muros, grades, cercas) entre espaço privado e espaço público acompanha a mesma grandeza, onde as vias de circulação circundantes se tornam exclusivamente faixa de rolagem para automóveis particulares, indiferentes à ideia da criação de espaços de convivência, de diversidade de atividades e usos e de pessoas. Ao contrário do proclamado por Panerai (2006), as ruas que confrontam com o perímetro dos Polihh's se restringem, cada vez mais, a uma única funcionalidade: via de circulação de transporte rodoviário. O indicador de taxa de contato entre o perímetro total do Polihh's e as vias de circulação do entorno contribuiu para identificarmos que aproximadamente 85% deles tem ao menos a metade do seu perímetro fechado para o entorno. Ou seja, os Polihh's guardam pouca ou nenhuma possibilidade de adequação à um conjunto urbano mais equânime, que garanta permeabilidade, acessibilidade e diversidade de usos.

5.2 Ocupação das quadras e parcelamento

A taxa de ocupação dos Polihh's na área de gleba objetiva constatar os agrupamentos dos polígonos e os tamanhos das quadras dos novos tecidos urbanos em formação. Classificamos os Polihh's com a cor 'verde' aqueles que possuem taxas de ocupação de até 25% da gleba, e com a cor "vermelha" aqueles que são efetivamente a própria quadra (Figura 5). Nos condomínios indicados em 'cinza' não foi possível determinar a área da quadra em que estão inseridos, impossibilitando a comparação com a sua própria área de gleba, em virtude de ainda estarem adjacentes a terras outrora rurais. A notação por cor, do verde ao vermelho, busca arrazoar que aquele polígono que já é em si uma quadra tem piores condições de estabelecer relações com os tecidos adjacentes, independentemente da sua área.

É oportuno destacar que que a maioria dos Polihh's que compõem o Conjunto Boulevard e todos os empreendimentos que compõem o Conjunto Usina foram classificados como 'verde' porque se encontram em quadras de grandes dimensões. No primeiro caso, a quadra conformada pelo conjunto de condomínios possui 1.953.565,54m² e no segundo caso, a quadra conformada pelos condomínios e com terras que ainda sofrerão parcelamento possui 843.105,49m².

Figura 5 – Gráfico com indicador de taxa de ocupação dos Polihh's.



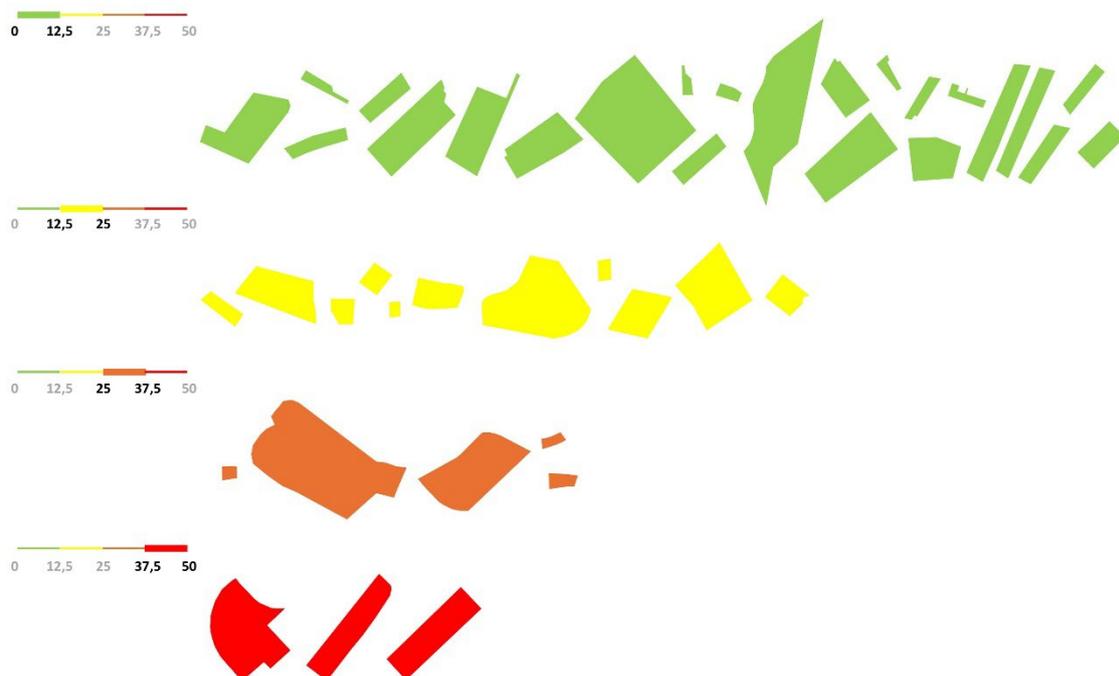
Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

A ausência de parâmetros para definir a área da quadra onde estão localizados esses Polihh's não é, por si só, um aspecto positivo ou negativo na análise da configuração do tecido urbano. Entretanto, indica-se que um tecido urbano composto por quadras excessivamente grandes reduz a permeabilidade, restringindo as possibilidades de que as ruas se tornem espaços com diversidade de usos e atrativos ao convívio, havendo o risco de a região se transformar em um conglomerado de condomínios de luxo segregados, conformando essas enormes quadras citadas.

5.3 Frente Urbana

O objetivo desta categoria é analisar se a extensão da frente urbana dos Polihh's se desvincula das fachadas e frentes de lotes vizinhos. Compreendemos que a existência frequente de usos e atividades variados ao longo das ruas (fachadas ativas) é capaz de promover fluxo contínuo de pessoas e diversidade no espaço público. No gráfico (Figura 6) apresentamos a taxa de frente urbana dos Polihh's com o espaço público, onde a notação na cor “verde” indica frentes urbanas que seguem o ritmo dos lotes vizinhos, enquanto as indicadas na cor “vermelha” rompem essa relação escalar.

Figura 6 – Gráfico com indicador de taxa de frente urbana dos Polihh's



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Alguns condomínios extensos puderam ser indicados como ‘verdes’ ao terem seus projetos arquitetônicos com cercamentos abertos à cidade, ou com a implementação de outras edificações, majoritariamente de uso comercial. Nesses casos, a frente (fachada) do empreendimento é composta apenas por guarita de acesso. Da mesma forma, condomínios de pequeno porte, geralmente, possuem a testada de acesso de tamanho similar aos lotes do seu entorno. O aspecto central a ser destacado em relação a esta categoria é que a fachada principal estreita atua como um recurso para que o Polihh’s se integre ao grão do tecido urbano já consolidado. Fachadas principais de condomínios fechados, semelhantes às frentes de lotes do tecido urbano adjacente, contribuem para a preservação do ritmo do conjunto construído. Os Polihh’s que se aproximam da classificação ‘vermelha’ possuem a frente urbana do condomínio composta por guaritas de acesso e fechamentos com muros e grades. Verificamos casos de condomínios que chegam a ter uma frente urbana de 724m, como o Dahma I, e 808m, como o Cidade Jardim Resort. Essa característica pode se agravar ainda mais, quando cruzamos os indicadores da escala local com as análises de atributos da escala territorial e percebemos que a justaposição de Polihh’s em determinado território pode criar frentes urbanas muradas ainda mais extensas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança da habitação dos segmentos sociais de alta renda está intimamente ligada a um processo de autosegregação socioespacial. Para residir na margem da urbanização – áreas urbanas historicamente associadas aos pobres devido à falta de infraestrutura e qualidades – é essencial que o modelo habitacional oferecido evidencie a distinção social entre os grupos. Para que esse movimento intraurbano se concretize, é necessário criar e aprimorar um produto imobiliário que convença-os a se deslocarem do centro para a borda: esse produto é o condomínio residencial horizontal.

Constatamos que os Polihh’s conformam uma nova trama de tecido urbano na cidade, associando quadras de áreas de grandes dimensões – como o Conjunto Boulevard, que ocupa uma única quadra de quase 2 milhões de metros quadrados – vias expressas exclusivas para circulação e grandes lotes. Sob a proteção da legislação de uso e ocupação do solo de Campos dos Goytacazes, o estoque de terras nas periferias do perímetro urbano tem sido subdividido para a construção, em sequência, de condomínios fechados, que

criam superpolígonos isolados, conectados por rodovias aos antigos tecidos consolidados. O seu conjunto conforma uma extensa porção monofuncional em baixa densidade e autosssegada no território, ocupada por segmentos sociais de maior renda.

Na escala do tecido urbano, as análises dos indicadores sobre as vias, as quadras e as edificações indicam que a tipologia habitacional "condomínio residencial horizontal" está passando por um processo de mutação. Enquanto inicialmente essa forma de parcelamento poderia lembrar uma organização de vila, com frentes urbanas e servidões de acesso, hoje eles passam a ocupar extensas áreas, com médias de aproximadamente 450mil m². O arruamento interno não é apenas uma via de servidão aos lotes, mas um projeto urbanístico completo; o formato é diversificado e alheio ao tecido urbano; a área de lazer é um complexo de atividades e de sofisticação; a fachada principal é vista como um símbolo que transmite à cidade exclusividade, razão pela qual ganha maior imponência. A rua, espaço público de excelência, torna-se via de passagem de alta velocidade. A quadra, elemento que organiza o parcelamento em lotes, se dilui. A edificação, neste caso o próprio condomínio fechado, adquire autonomia na configuração do tecido urbano, expressando a segregação dos mais poderosos, que afirmam, por sua vez, o poder de se segregar.

Por fim, o principal diferencial do condomínio contemporâneo é sua rentabilidade e popularidade, o que faz com que ele subverta a relação tradicional entre edificação e cidade e legitime a histórica segregação socioespacial das nossas cidades. Com grande autonomia, o condomínio exige apenas uma grande área de terra e acesso a vias expressas, intensificando um modo segregado de habitar a cidade, que impulsiona o espraiamento urbano, independentemente da infraestrutura existente (Figura 7). Os Polihh's vêm se estabelecendo como um ideal de habitação, indiferente às distâncias dos atrativos da urbanização e à necessidade de convivência social nos espaços públicos, em grande parte propiciado pelo modelo rodoviarista sedimentado em nossa subjetividade social como dominante.

Figura 7 – Foto aérea de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A. T. B. A.; IZAGA, F. G.; FORRAY, R. **Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea.** In: Cadernos Metrópole, 26(60), 2024, ppp. 413–421. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6000> Acesso em: 18 fev. 2025

BLAKELY, Edward J.; SNYDER, Mary Gail. **Fortress America: Gated Communities in the United States.** Washington D.C., USA. Brookings Institution Press, 1997.

BORSODORF, Axel. Barrios cerrados en Santiago de Chile, Quito y Lima: Tendencias de la segregación socio-espacial en capitales andinas. In: BARAJAS, Luisa Felipe Cabrales **Latinoamérica: Países Abiertos, Ciudades Cerradas.** Guadalajara, Mexico. Editora Universidad de Guadalajara, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 4.591**, de 16 de Dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4591.htm Acesso em: 30 janeiro 2025

BRASIL. **Lei Nº 6.766**, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm Acesso em: 30 janeiro 2025

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: **Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** 3ª edição. São Paulo, Sp. Editora 34, 2011.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Nº 7.975**, de 12 de Dezembro de 2007. Institui a lei de parcelamento do solo do município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2007/798/7975/lei-ordinaria-n-7975-2007-institui-a-lei-de-parcelamento-do-solo-do-municipio-de-campos-dos-goytacazes> Acesso em: 30 janeiro 2025

GOMES, Felipe Torres de Freitas. **POLIHH'S: Polígonos isolados habitacionais horizontais e segregação socioespacial em Campos dos Goytacazes**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de pós-graduação em urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiDsKzh5c2LAXUyr5UCHaIXCHkQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Festatisticas%2Fsociais%2Ftrabalho%2F22827-censo-demografico-2022.html&usg=AOvVaw3kEdBcFYErehFdoPxLytLX&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 2006.

PONT, M.B.; HAUPT, P. **Spacematrix: Space, density and urban form**. Rotterdam. Nai Publishers, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjg17zx5c2LAXUNrZUCHZ1FMvgQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fjournal.urbanform.org%2Findex.php%2Fjum%2Farticle%2Fdownload%2F4899%2F3888%2F12806&usg=AOvVaw34XrperWwcSlqYMQ6WCL1B&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

PRÉTECEILLE, E. "A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas", **Caderno CRH**, v. 16, n. 38, 31 ago. 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v16i38.18614. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18614> Acesso em: 29 abr. 2023

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwirrqiS5s2LAXUyppUCHZBAFmgQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Frep ositorio.usp.br%2Fitem%2F001706816&usg=AOvVaw1NuRG0gY6s43kUBfqkRzJo&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos Cortiços aos condomínios fechados**. Rio de Janeiro, Brazil, Civilização Brasileira, 1996. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjS76qi5s2LAXXappUCHXiSOZIqFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fww w.observatoriodasmetroles.net.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F07%2FLivro->

Dos-Corti%25C3%25A7os-aos-Condom%25C3%25ADnos-Fechados_2edicao.pdf&usg=AOvVaw0475fjt178SyEYZAlhYItN&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

SOLÀ MORALES, Manuel de. **Las formas de crecimiento urbano**. 1ª edição. Barcelona, Espanha. Edicions de la Universitat Politecnica de Catalunya, 1997.

Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj8mtWx5s2LAXXrp5UCHT__ICsQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Fsite.susp.br%2Fprojeto4_iausp%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F613%2F2020%2F06%2FSOL%25C3%2580-MORALES-Manuel-de_Las-formas-de-crecimiento-urbano_Barcelona_Edicions-UPC_1997_compressed.pdf&usg=AOvVaw3V-b5SaJEsBg-hsX2Xgxjj&opi=89978449
Acesso em: 18 fev. 2025

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo, Sp. Editora UNESP, 2013.

VASCONCELLOS, E. A. **Políticas de Transporte no Brasil - A construção da mobilidade excludente**. São Paulo, 2013.

VIGNOLI, J. R. **Segregación residencial socioeconómica: qué es?, cómo se mide?, qué está pasando?, importa?** Santiago de Chile, CEPAL, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, División de Población, 2001. (Serie Población y desarrollo, 16). Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiQu_bF5s2LAXUyqJUCHcBrNu8QFnoECBcQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.cepala.org%2Fes%2Fpublicaciones%2F7149-segregacion-residencial-socioeconomica-que-es-como-se-mide-que-esta-pasando&usg=AOvVaw0Ux_7AYi4H2_X4PTxGLntT&opi=89978449
Acesso em: 18 fev. 2025

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP, Studio Nobel, 1998.

ZANOTTO, Juliana Miranda. **The Making of Global Suburbs: Globalization, Neoliberalism, and Planning Practices**. Dissertation – Doctor of Philosophy, University of California, Irvine, 2016. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj_r8Lc5s2LAXVKqZUCHaUzBaQQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fescholarship.org%2Fcontent%2Fqt6bp439m0%2Fqt6bp439m0.pdf&usg=AOvVaw2F6r2r7LXbeuvRSM6gZqXC&opi=89978449
Acesso em: 18 fev. 2025

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.